

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Pós-Graduação *latu sensu* em Ensino de História da África

Renato Francisco de Assunção

**MUDANÇAS TRAZIDAS COM AS LEIS 10639/2003 E
11645/2008, A OMISSÃO DA RETOMADA DE LUANDA
(1648) NOS LIVROS DIDÁTICOS E UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE A RECEPTIVIDADE DOS ALUNOS
DE UMA AULA DE TEMÁTICA AFRICANA**

Rio de Janeiro
2020



Renato Francisco de Assunção

**MUDANÇAS TRAZIDAS COM AS LEIS 10639/2003 E 11645/2008, A OMISSÃO DA
RETOMADA DE LUANDA (1648) NOS LIVROS DIDÁTICOS E UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE A RECEPTIVIDADE DOS ALUNOS DE UMA AULA DE
TEMÁTICA AFRICANA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação *latu sensu* em Ensino de História da África vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador (a) Professor (a) Me. Alex Sandro Barcelos Côrtes.

Rio de Janeiro
2020

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A851 Assunção, Renato Francisco de

Mudanças trazidas com as leis 10639/2003 e 11645/2008, a omissão da retomada de Luanda (1648) nos livros didáticos e um relato de experiência sobre a receptividade dos alunos de uma aula de temática africana / Renato Francisco de Assunção. - Rio de Janeiro, 2020.

29 f.

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Alex Sandro Barcelos Côrtes.

1. História da África – Estudo e ensino. 2. Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino. 3. Negros nos livros didáticos. 4. Luanda (Angola). I. Côrtes, Alex Sandro Barcelos. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 960

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Renato Francisco de Assunção

**MUDANÇAS TRAZIDAS COM AS LEIS 10639/2003 E 11645/2008, A OMISSÃO DA
RETOMADA DE LUANDA (1648) NOS LIVROS DIDÁTICOS E UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE A RECEPTIVIDADE DOS ALUNOS DE UMA AULA DE
TEMÁTICA AFRICANA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação *latu sensu* em Ensino de História da África, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Me. Alex Sandro Barcelos Côrtes (Orientador)
PROPGPEC - Colégio Pedro II

Prof. Dr. Rafael Lima Alves de Sousa
PROPGPEC – Colégio Pedro II

Profª Me. Marta Couto Neves
Departamento de História – Colégio Pedro II

Rio de Janeiro
2020

MUDANÇAS TRAZIDAS COM AS LEIS 10639/2003 E 11645/2008, A OMISSÃO DA RETOMADA DE LUANDA (1648) NOS LIVROS DIDÁTICOS E UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A RECEPTIVIDADE DOS ALUNOS DE UMA AULA DE TEMÁTICA AFRICANA

Renato Francisco de Assunção

Resumo: este artigo é um trabalho de conclusão do curso de Especialização em Ensino de História da África do Colégio Pedro II. Objetiva fazer um estudo a respeito do progresso e da afirmação das leis 10639/2003 e 11645/2008, que tornam obrigatório incluir aspectos da história e cultura afro-brasileira e indígena nos conteúdos trabalhados em sala de aula em todas as escolas da rede pública e particular do ensino fundamental e médio. Sendo assim, fizemos um estudo de caso, a retomada do porto de Luanda feita pelo governador da capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá (1648) e uma análise quantitativa dos temas negros contidos em quatro livros didáticos para investigarmos se houve aumento dessa temática, a partir da promulgação das referidas leis. Apresentamos um relato de experiência sobre uma vivência de aula de tema afro, onde o corpo discente demonstrou grande receptividade e interesse. Queremos contribuir com a luta para diminuir o eurocentrismo nos currículos priorizando a inclusão de mais temas Afro-Brasileiros em nossos livros.

Palavras-chave: Lei 10639/2003; Temática Afro-Brasileira; Livro Didático.

CHANGES BROUGHT BY THE LAWS 10639/2003 AND 11645/2008, THE OMISSION OF LUANDA'S RECAPTURE, 1648, ON THE TEXTBOOKS AND AN EXPERIENCE REPORT ABOUT THE STUDENTS RECEPTIVITY ON AN AFRICAN THEME CLASS

ABSTRACT. This article is an Specialization thesis on African History Teaching, on Colégio Pedro II (Pedro II School). The goal is to study the Laws 10639/2003 and 11645/2008 progress and affirmation, which make obligatory the inclusion of the aspects of Afro-brazilian and indigenous History on the contents worked on all middle and high schools (public and private). Therefore, a case study was made, the Recapture of Luanda's harbor by Rio de Janeiro's Captaincy governor Salvador Correia de Sá, 1648, and a quantitative analysis of the black themes contained on 4 textbooks, in order to investigate whether there was increasing on the theme, starting on the said laws promulgation. We present an experience report on the afro thematic class, where the students presented great receptivity and interest. We would like to contribute to the strive to decrease eurocentrism in our curriculum, prioritizing the inclusion of more Afro-brazilian themes on our textbooks.

Key words: Law 10639/2003; Afro-brazilian theme; textbook.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2003, a presidência da República do Brasil sancionou a lei 10639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esta assinatura ocorreu graças aos anos de lutas dos movimentos sociais, especialmente o movimento negro, sendo uma conquista desses atores sociais. No seu primeiro parágrafo, o texto dessa lei cita que o conteúdo programático incluirá a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a História do Brasil.

Com a luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de sua história, cultura e sua participação na configuração étnica brasileira, deu-se a inclusão nos currículos escolares também da temática indígena através da Lei 11645/08, atualizando e complementando a lei 10.639/03. Assim, o aprofundamento do conteúdo estabelecido nessas leis, obriga que as instituições de ensino, gestores e professores venham a se munir de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução do conteúdo afro-brasileiro, africano e indígena dentro de sala de aula. Sendo assim, um dos objetivos deste artigo é investigar se essas leis trouxeram mudanças nas atitudes de autores e editores, sobre a escolha e aumento da quantidade de fatos históricos que contribuíram para a valorização da história negra e indígena nos livros didáticos brasileiros.

Nos debruçamos sobre a exiguidade de temas africanos e afro-brasileiros em nossos currículos escolares e em contraponto propomos uma abordagem mais equitativa da história dos diversos grupos sociais que contribuíram para a formação da nossa sociedade. Comparamos livros didáticos publicados antes da edição da lei 10639/2003 com outros publicados depois. Assim, estudamos se houve incremento quantitativo das temáticas africanas e afrodiáspóricas. Nos intriga, por exemplo, a omissão da retomada do porto de Luanda em 1648, pela frota do governador da capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá. Além dessa retomada canalizar lucros do comércio escravista para o Brasil e a coroa lusa (ALENCASTRO, 2000, p 222) ela também deu acesso aos assentistas à prata andina. Assentista era o nome do traficante de escravizados que recebia o direito de asiento: uma concessão dada pela coroa espanhola para esse traficante abastecer de mão de obra escravizada as minas hispano-americanas. Ao nosso ver a retomada de Luanda, ao restabelecer e intensificar o tráfico, teve imenso impacto para a economia colonial e a formação da diversidade social brasileira. Exatamente por isso, deveria estar mais presente nos currículos escolares, dentre tantas outras temáticas que envolvem as relações Brasil-África.

Finalizamos nosso artigo apresentando um relato de experiência de uma aula sobre a rainha africana Nzinga Mbandi, que reinou em Matamba e Ndongo (1624-1663), na região de Angola, onde a receptividade do corpo discente foi positiva. Sendo assim, visamos contribuir com a luta antirracista para alargar o número de tópicos com fatos históricos afro-brasileiros e indígenas em nossa bibliografia didática, pois, percebemos que ela prioriza a história do colonizador europeu e observamos que essa colonialidade do saber é uma herança do nosso passado histórico.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. ALGUNS RESULTADOS DA LEI 10639/2003, PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Nesta parte do trabalho abordaremos se os objetivos da promulgação da lei 10639 foram atingidos totalmente, parcialmente, ou se apenas houve uma certa evolução nos objetivos traçados para, no futuro, conquistarmos vitórias mais significativas.

O teor da lei representa uma conquista política para o povo negro. Ela inclui no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. O conteúdo programático dos currículos escolares incluirá a luta dos negros no Brasil, a sua cultura e sua contribuição positiva para a formação da nossa sociedade. O objetivo é valorizar a contribuição do povo negro nas áreas econômicas, culturais, políticas e sociais para a História do Brasil.

Com a reflexão que fizemos sobre o que deveria mudar no conteúdo dos currículos escolares a partir dessa lei, comparamos a quantidade de temas negros em alguns livros didáticos. Sendo livros editados antes e depois da lei. Com essa comparação queríamos saber se houve aumento de tópicos com temática negra neles, depois da promulgação da Lei 10639. Fizemos uma padronização simples de comparação. Não comparamos se há livros melhores ou piores, devido a qualidade de seus textos ou de suas ilustrações como mapas, pinturas, murais, fotografias, documentos históricos utilizados, etc. Embora, às vezes, documentos históricos, mapas etc, sejam subsídios para darmos uma aula. Procuramos comparar apenas a quantidade de tópicos que cada livro tem sobre fatos históricos populares com participação da população negra. E anotamos os tópicos não específicos que têm uma temática negra geral: tópicos que abordam como se formavam os quilombos no Brasil, abordam estudos de antigos reinos negros africanos, de costumes africanos no Brasil, de religião afrodiáspórica, enfim, tudo isso é temática negra, é como tal foi considerado.

No fim das comparações, concluiremos se a lei aumentou ou não essa temática nos livros didáticos abordados.

Vamos agora para o ato específico das comparações entre os livros didáticos.

2.1.1. Os Livros Editados antes da Lei 10639/2003

Antes de iniciarmos as nossas comparações entre os quatro livros didáticos escolhidos, devemos frisar que na época em que esses livros foram lançados para as escolas, os mesmos eram novidades que despertavam expectativas nos corpos docente e discente das instituições de ensino sobre novos fatos históricos descobertos pelos autores, novas teses e formas de linguagem textual que facilitassem a sua compreensão. Portanto, quando um livro é lançado, em poucos anos pode haver publicações de artigos científicos provando o engano de um ou alguns conteúdos dele. Portanto, encontramos esses quatro livros em várias bibliotecas das escolas públicas e privadas. Concluímos que eles são bons para o nosso estudo.

2.1.1.1. Teixeira, Francisco Maria Pires. **Brasil História e Sociedade**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

Este livro foi lembrado e sugerido por professores, meus companheiros de profissão em um colégio da rede particular de ensino da cidade do Rio de Janeiro. O seu conteúdo aborda somente a História do Brasil. Os tópicos encontrados nele de temática afro-brasileira são:

- 1) o Quilombo dos Palmares, 1695.

- 2) a Conjuração Baiana, 1798.
- 3) A Balaiada, 1838.
- 4) A Cabanagem, 1835.
- 5) Revolta dos Malês, 1835.
- 6) A Guerra dos Farrapos, 1835-1845.

No conteúdo deste livro há outras revoltas, mas somente as anotadas foram consideradas de temática negra. Vamos citar exemplos para explicitarmos melhor o que consideramos como revolta de temática negra.

Está escrito nesse livro que no acordo de paz entre o governo imperial e o exército farroupilha, foi dada liberdade aos escravos membros do exército rebelde. Assim, consideramos a Guerra dos Farrapos como de temática negra. Pois uma das reivindicações atendia aos interesses do povo negro. Foi por isso que não consideramos a Sabinada, na Bahia, 1837-1838. Não está escrito no conteúdo desse livro as reivindicações do povo negro. O movimento foi liderado pelo médico e jornalista Francisco Sabino Vieira e o mesmo ficou isolado da população escrava.

Este livro não aborda a Retomada de Luanda em 1648.

A sua contabilidade final de temas é: 6 tópicos de temática afro-brasileira e africana.

2.1.1.2. Arruda, José Jobson de Andrade. Piletti, Nelson. **Toda a História**. Editora Ática, 1999, São Paulo.

O conteúdo deste livro abrange História Geral e do Brasil. E quando pesquisamos os temas negros contidos nele, vemos que o livro aborda:

- 1) Quilombo dos Palmares.
- 2) Conjuração Baiana.
- 3) A Cabanagem.
- 4) A Balaiada.
- 5) A Revolta dos Malês.
- 6) A Guerra dos Farrapos, 1835-1845.
- 7) Formação de Quilombos no Brasil, página 200-201.
- 8) Revolta do Haiti, página 257.

Este livro também foi lembrado pelos meus colegas de profissão, no colégio que dou aulas. Ele tem dois tópicos extras de temática negra. Sendo um tema de negros brasileiros, que no caso, é um tópico sobre a formação de quilombos no Brasil, na página 200-201, e o outro tópico é sobre a Revolta do Haiti, na página 257. O autor não usa o termo Revolução haitiana para esse movimento, a palavra revolução nem aparece no seu texto.

Não encontramos a retomada de Luanda nele.

A sua contabilidade final é: 8 tópicos com temática afro-brasileira.

2.1.2. Os Livros Editados depois da Lei 10639/2003

2.1.2.1. Braick, Patrícia Ramos. Mota, Miriam Becho. **Das Cavernas ao Terceiro Milênio**. Volume único. São Paulo: Editora Moderna, 2007.

Este livro é de História Geral e do Brasil. Os seus tópicos de temática negra são:

- 1) Quilombo dos Palmares.
 - 2) Conjuração Baiana.
 - 3) Revolta dos Malês.
 - 4) Cabanagem.
 - 5) Balaiada.
 - 6) A Guerra dos Farrapos, 1835-1845.
 - 7) o capítulo 17, cujo título é: “A África dos grandes reinos e impérios “. Nesse capítulo a autora aborda cinco reinos africanos e outras questões culturais afrodiaspóricas.
- O livro não aborda a retomada de Luanda, 1648.

A soma final é: 6 revoltas + um tópico extra abordando 5 reinos negros = 11 temas

2.1.2.2. Vainfas, Ronaldo. Ferreira, Jorge. Faria, Sheila de Castro. Santos, Georgina dos. **História**, Editora Saraiva, 2014, São Paulo.

Esses autores escreveram mais temas negros do que os livros anteriores citados.

No conteúdo deste livro temos:

- 1) Quilombo dos Palmares.
- 2) Conjuração Baiana.
- 3) Revolta do Haiti.
- 4) Balaiada.
- 5) Cabanagem
- 6) Revolta dos Malês.
- 7) A Guerra dos Farrapos, 1835-1845.
- 8) Revolta de Preto Cosme, 1838, Maranhão. Não encontramos esta revolta nos outros três livros
- 9) Revolta de Manuel Congo, 1838, na região de Vassouras. Também não a encontramos nos outros três, listados anteriormente.
- 10) Este livro aborda ao longo do seu texto, na página 250, que os holandeses tomaram a cidade de Luanda em 1641, passando a controlar o tráfico negreiro atlântico.
- 11) Ele aborda, na página 250, a retomada de Luanda 1648, feita pelo governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá.
- 12) um capítulo especial, o capítulo 19, páginas 254-270, cujo título é: “A África nos tempos do tráfico atlântico”. Este capítulo aborda 5 povos africanos onde encontramos um sub-tópico sobre o reino da Rainha Nzinga (Jinga) de Angola, E a história da rainha Jinga não foi abordada por nenhum dos três livros anteriormente listados.
- 13) um capítulo especial, bem extenso, páginas 124-136, cujo título é: “ As várias Áfricas”. Onde o livro aborda 5 reinos africanos e várias outras temáticas; como escravidão, transportes e outros povos africanos.

A soma final é: 11 revoltas + dois capítulos abordando 10 reinos africanos, total = 21 temas.

Se compararmos o número de temas negros publicados no último livro analisado com os que foram publicados nos livros de 1999 e 2000, perceberemos que o último livro tem mais temas afro-brasileiros que os outros três listados.

2.2. Decolonialidade x Eurocentrismo

Partiremos das reflexões presentes no texto da professora Maria Lina de Paula-Neta: “A Colonialidade Expressa no Ensino de História; o desafio de perceber para mudar, por uma prática docente decolonial” (PAULA-NETA, 2018, p. 650-659). A parte que nos despertou atenção foi a frase: “*o desafio de perceber para mudar, por uma prática decolonial*”. Refletimos sobre a mesma e percebemos que em diversas aulas, nós professores estamos imbuídos a fazermos um plano e uma prática de ensino que apresente o negro e o indígena como agentes formadores da nossa sociedade. Planejamos uma aula que aborde um fato histórico brasileiro, com participação dos três principais grupos étnicos presentes na construção da nossa história. Mas às vezes os livros didáticos, os currículos, etc., estão priorizando o eurocentrismo, a colonialidade do saber nos seus temas e não percebemos o que deveríamos mudar no conteúdo do plano de aula para exercermos de fato uma prática que mostre os três principais grupos sociais brasileiros equitativamente. No crepúsculo da hora-aula percebemos que mesmo de forma não intencional acabamos por reproduzir uma vez mais certa colonialidade do saber, quando ficamos concentrados somente nos livros didáticos e nos currículos oficiais, ato contraditório aos nossos objetivos iniciais. Dessa maneira, o título dicotômico deste tópico é porque refletimos que temos que estar sempre atentos sobre determinados conceitos para fazermos racionalizações de temas, de textos etc, e assim, ensinarmos ao corpo discente que o índio e o negro são participantes ativos da formação da nossa sociedade. O que nos direciona é aprendermos a identificar o racismo e outras discriminações presentes em nossa bibliografia didática, para nos contrapor a ele. Conforme ensina a autora no referido texto: “*O ensino de história pode ser um agente transformador para isso é preciso que se permita o desenvolvimento de elaboração do conhecimento*”. Grifo da autora. (PAULA-NETA, 2018, p. 652).

Em vista de tantas carências de temáticas afrodiáspóricas em nossos livros didáticos, o que nos situa ainda muito longe de atingirmos os objetivos da Lei 10639/03, nos dispusemos a pensar dois temas que se entrelaçam temporal e espacialmente e que consideramos fundamentais e que poderiam ter maior relevância não só nos livros escolares, mas em nossas experiências nas salas de aula: a) a retomada de Luanda e os conflitos das potências coloniais em torno do tráfico atlântico de seres humanos escravizados; a trajetória de vida e as lutas da Rainha Nzinga (Jinga). Temas dos quais tratarei a partir de agora.

2.3 Qual foi a Importância da Retomada de Luanda (21/08/1648)?

A retomada do porto de Luanda por uma esquadra organizada no Rio de Janeiro pelo então governador da Capitania: Salvador Correia de Sá, é tão significativa para a história brasileira que esse fato histórico deveria fazer parte de muitos dos nossos livros didáticos.

O esforço desse patrocínio feito pelo governador, os traficantes de escravos e os peruleiros, atingiu seu objetivo. Peruleiros eram os comerciantes que forneciam escravos para o porto de Buenos Aires e, assim, acessavam a prata vinda dos altiplanos andinos do Peru, daí o nome para esses comerciantes.

Os fluminenses receberam pouca ajuda em soldados e navios das outras capitanias. O eixo principal do financiamento foi dado pelo Rio de Janeiro e a esquadra era composta de 14 navios, sendo 11 naus e 3 patachos, com um efetivo de 2000 homens (Alencastro, 2000 p. 234).

Vamos nos ater a pergunta-título do item. Qual a importância da retomada de Luanda?

Primeiro, exporemos as visões político-econômicas de cada Império colonial, em relação ao domínio militar do porto de Luanda. As visões políticas dos Impérios holandês e português.

Tais objetivos podem ser vislumbrados no livro *O Trato dos viventes*. Começaremos abordando o objetivo holandês.

Quando os holandeses invadiram o Recife em 1630, o Império colonial holandês não só cresceu territorialmente como foi acrescido da região que produzia uma das mercadorias de maior valor econômico no comércio internacional, o açúcar nordestino. Essa invasão foi patrocinada pela Companhia holandesa das Índias Ocidentais (WIC), empresa comandada pelo poderoso “Conselho dos XIX” acionistas. Sendo assim, esse domínio no seu primeiro momento obteve bons resultados produtivos. Mas passados alguns anos a falta de mão de obra para os canaviais começou a se fazer sentir. Destacamos uma afirmação que demonstra o crescimento dessa necessidade na Nova Holanda, esse era o nome que os holandeses chamavam a região do nordeste brasileiro pertencente ao seu império colonial: “após entendimento com o Conselho dos XIX e com a feitoria holandesa de Moure, na Guiné, Maurício de Nassau lançou em 1637 do Recife uma frota para capturar São Jorge da Mina e resolver o problema da falta de escravizados na Nova Holanda”. (Alencastro, 2000, p. 213).

Dessa maneira, alguns anos após a invasão no Recife já era peremptória a necessidade de se garantir mão de obra escravizada para as plantações de cana de açúcar, pois a carência de escravizados no Nordeste aumentou. E a atitude de Maurício de Nassau, então governador da Nova Holanda, 4 anos depois (1641), já demonstrava a necessidade dos holandeses dominarem o porto luandense:

Sem esperar pelo aval metropolitano Maurício de Nassau remeteu suas justificativas aos superiores somente um dia depois de a força-tarefa de dezenove navios e 1950 soldados ter zarpado do Recife para investir Angola. O teor das justificativas de Nassau era claro: Luanda fora o alvo escolhido porque constituía o principal mercado de escravos. Sem eles, o cultivo da cana de açúcar no Brasil parecia impossível. (ALENCASTRO, 2000, p. 214-215).

Portanto, a captura dos dois polos da economia monocultora: as zonas produtoras escravistas na América e as zonas africanas reprodutoras de escravizados, mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira. Esta é a visão holandesa sobre a referida questão.

Vejamos a visão do império luso sobre enviar forças militares para retomar Luanda. Começaremos nossa exposição frisando que, pela leitura que fizemos do *Trato dos Viventes* (pp. 214-215), nós também interpretamos que o objetivo da coroa lusa foi não só garantir mão obra escravizada para as unidades produtoras de açúcar do Brasil, mas também recuperar as suas receitas oriundas do tráfico negreiro Angola-Brasil. Conforme Alencastro:

A coroa e a administração régia encontram novas fontes de receitas no trato de escravos. Tais rendas provêm dos direitos de saída dos portos africanos, dos direitos de entrada nos portos brasileiros, dos donativos, subsídios, alcavalas e outras taxas cobradas no comércio de escravos. (ALENCASTRO, 2000, p. 35)

Faremos também breve análise da tabela 1, abaixo, pois, foi comparando os dados da mesma, que percebi o quantitativo de escravizados vindo para os portos das Américas.

TABELA I
ESTIMATIVA DO NÚMERO DE AFRICANOS DESEMBARCADOS EM CADA REGIÃO
(EM MILHARES DE INDIVÍDUOS)

Período	Europa	Ilhas atlânticas	São Tomé	América espanhola	Brasil	Antilhas britânicas	Antilhas francesas	Antilhas holandesas	Antilhas dinamarquesas	América britânica e EUA	TOTAL	Chegadas anuais
1451-1475	12,5	2,5									15	0,6
1476-1500	12,5	5	1								18,5	0,7
1501-1525	12,5	5	25								42,5	1,7
1526-1550	7,5	5	18,8	12,5							43,8	1,8
1551-1575	2,5	5	18,8	25	10						61,3	2,5
1576-1600	1,3	2,5	12,5	37,5	40						93,8	3,8
1601-1625	0,3		12,5	75	150						237,8	9,6
1626-1650	0,3		6,3	52,5	50	20,7	2,5				132,3	5,3
1651-1675	0,3		2,7	62,5	185	69,2	28,8	20			368,5	14,7
1676-1700	0,3		2,4	102,5	175	173,8	124,5	20	4		602,5	24,1
1701-1720				90,4	292,7	160,1	166,1	120	6	19,8	855,1	42,8
1721-1740				90,4	312,4	198,7	191,1	80	3,3	50,4	926,3	46,3
1741-1760				90,4	354,5	267,4	297,8	80	6,7	100,4	1197,2	59,9
1761-1780				121,9	325,9	335,3	335,8	100	5	85,8	1309,7	65,5
1781-1790				42,2	181,2	100,2	357,8	12,3	4,6	55,8	754,1	75,4
1791-1800				77,4	233,6	194,3	82,6	5,3	14,5	79	686,7	68,7
1801-1810				85,7	241,3	105,4	17	0	3,3	156,3	609	60,9
1811-1820				177,8	327,7	0	18,8	0	0	10	534,3	53,4
1821-1830				103,5	431,4	0,4	57,9	0,1	0	2	595,3	59,5
1831-1840				207	334,3	10,2	0,6	0	0	0	552,1	55,2
1841-1850				54,6	378,4	0	0	0	0	0	433	43,3
1851-1860				122	6,4	0	12,5	0	0	0,3	141,2	14,1
1861-1870				31,6	0	0	5,9	0	0	0	37,5	3,8
TOTAL GERAL	50	25	100	1 662,4	4 029,8	1 635,7	1 699,7	437,7	47,4	559,8	10 247,5	34,2

Fontes: Baseada nas tabelas de Philip Curtin, *The Atlantic slave trade — A census*, revistas por David Eltis, *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade* para o período 1781-1870, ver também Apêndice 7.

Fonte: ALENCASTRO, 2000, p.69.

A tabela 1 destaca o número de africanos desembarcados em diferentes regiões da América (em milhares de indivíduos). Esta tabela não mostra a origem regional africana desses desembarcados no Brasil, mas os seus dados são importantes para a nossa análise.

Segundo Alencastro: de 1576 a 1600, desembarcaram no Brasil cerca de 40 mil escravizados africanos e de 1601 a 1625 desembarcaram cerca de 150 mil. Um dado significativo, pois, o número quase quadruplicou. Até então os holandeses não tinham se consolidado como invasores do Brasil.

De 1626 a 1650, período que abrange o domínio holandês no Brasil e em Angola, bem como a reconquista desta última pelos fluminenses, desembarcaram no Brasil cerca de 50 mil escravizados africanos. Ao nosso ver, essa queda na quantidade de escravizados desembarcados no Brasil em relação ao período anterior, pode ser entendida como indício do impacto do controle holandês sobre o porto luandense.

Entre 1651 a 1675, desembarcaram cerca de 185 mil. Índice muito significativo, quase quadruplicou. E continuando interpretando a tabela e adentrando a temporalidade do século XVIII, verificamos que de 1701 até 1780, tivemos a cada 20 anos os seguintes números de desembarcados: 292 mil, 312 mil, 354 mil e 325 mil, totalizando 1283000 (um milhão duzentos e oitenta e três mil) escravizados.

Refletindo sobre as interpretações dessas estatísticas, percebemos que esses índices comprovam que sem esse fornecimento de mão de obra africana a produção de gêneros tropicais brasileiros para exportação sofreria sérios abalos.

Em meados de 1643, Telles da Silva, governador geral do Brasil (1642-1647), previne el-rei: “Angola, senhor está de todo perdida, e sem ela não tem V.M. o Brasil, porque desanimados os moradores de não terem escravos para os engenhos, os desfabricarão e virão a perder as alfândegas de V.M. os direitos que tinham em seus açucares”. (Alencastro, 2000, p. 222).

A obra *O Trato dos Viventes*, de Luis Felipe de Alencastro, tão fundamental para a historiografia brasileira que busca entender, dentre outras coisas, especificidades do tráfico atlântico de escravizados, abarca os resultados de uma pesquisa pós-doutoral realizada em meados da década de 1990, cuja data de publicação foi o ano 2000. De lá para cá muitas outras pesquisas se somaram às de Alencastro e o conhecimento histórico sobre o tema se avolumou significativamente. Já há mais de três décadas, o memorial digital presente no sítio virtual www.slavevoyages.org, concentra os resultados do trabalho de historiadores de diversas partes do planeta, o que se traduz no maior e mais atualizado banco de dados mundial sobre a história da chamada “escravidão moderna”. Os próprios autores das informações que possibilitaram a Alencastro a produção da tabela acima: Philip Curtine David Eltis, são importantes colaboradores do sítio *Slave Voyages*.

O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico abrange quase 35.000 expedições negreiras ocorridas entre 1514 e 1866. Foram encontrados registros dessas viagens em arquivos e bibliotecas de todo o mundo atlântico. Eles fornecem informações sobre embarcações, povos escravizados, traficantes e proprietários de escravos, e rotas de comércio. A variável Fonte fornece os registros de cada viagem no banco de dados. Outras variáveis permitem aos usuários procurar informações sobre uma viagem específica ou um determinado conjunto de viagens. O website disponibiliza plena interatividade para analisar os dados e relatar os resultados na forma de quadros estatísticos, gráficos, mapas ou linha do tempo.

Pesquisando sobre o fluxo do tráfico negreiro no sítio www.slavevoyages.org, encontramos nos seus dados um reforço na ideia de importância do porto luandense. Sendo assim, fizemos análises também de outros mapas e tabelas.

O mapa abaixo nos ajuda a entender o fluxo de escravizados da região da África Centro-Ocidental para o Brasil, onde a maior intensidade do tráfico partia do Porto de Luanda. Só daquela região foram embarcados para o Brasil cerca de 3.808.084 escravizados, dos quais 3.346.658 desembarcaram.

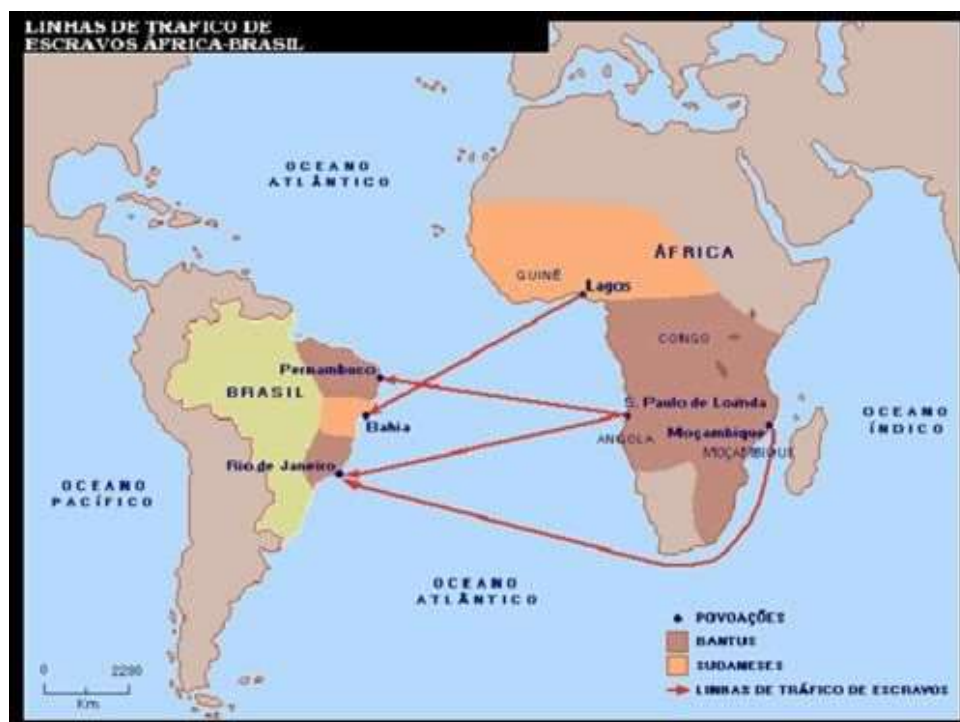
Mapa 1: Tráfico atlântico da África Centro-Ocidental para o Brasil.



<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

O mapa 2, abaixo, ilustra bem o Tráfico Negreiro África–Brasil, pois ele destaca a região angolana, dentre outras, como fornecedora de mão de obra para as regiões Nordeste e Sudeste brasileiras.

Mapa 2: Principais rotas do tráfico afro-atlântico para o Brasil.



<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=15157>

A tabela abaixo destaca as regiões Sudeste e Norte/Nordeste brasileiras como principais locais de desembarque.

Tabela 2: Dados sobre quantidade de escravizados embarcados e desembarcados da região da África Centro-Occidental para o Brasil, destacando as principais regiões receptoras.

REGIÃO	Africanos chegando da África		Africanos transportados de	
	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados
Bahia	782.018	693.233	0	0
Brazil unspecified	38.589	33.555	0	0
Pernambuco	752.398	666.947	0	0
South-east Brazil	2.235.079	1.952.923	0	0
Totais	3.808.084	3.346.658	0	0

<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

A tabela e o mapa a seguir mostram o porto de Luanda como principal fonte fornecedora dessa mão de obra para o Brasil.

Tabela 3: Evolução do tráfico de escravizados oriundos da África Centro-Occidental para o Brasil do século XVI ao XIX (Entre 1501 e 1875).

Linhas: Períodos de 25 anos Colunas: Bandeira Células: Apenas embarcados Incluir

	Spain / Uruguay	Portugal / Brazil	Great Britain	Netherlands	France	Denmark / Baltic	Totals
1551-1575	0	2.355	0	0	0	0	2.355
1576-1600	0	30.476	0	1.282	0	0	31.758
1601-1625	0	183.766	0	334	0	0	184.100
1626-1650	0	153.983	0	18.765	0	150	172.898
1651-1675	0	227.369	0	424	0	0	227.793
1676-1700	0	214.021	0	0	0	0	214.021
1701-1725	0	235.340	652	0	0	0	235.992
1726-1750	0	305.038	0	0	0	0	305.038
1751-1775	0	349.046	0	0	0	0	349.046
1776-1800	0	481.443	0	0	0	0	481.443
1801-1825	442	741.796	0	0	0	0	742.238
1826-1850	0	912.808	0	0	940	0	913.748
1851-1875	0	4.257	0	0	0	0	4.257
Totals	442	3.841.698	652	20.805	940	150	3.864.687

<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> acesso em 04 – 12 - 2020

Ao analisarmos a tabela 3 entre 1576-1600 os portugueses desembarcaram no Brasil 30.476 africanos, entre 1601-1625 foram 183.766, índice significativo: mais que quintuplicou. Mas entre 1626-1650, período que abrange o domínio holandês em Luanda os portugueses desembarcaram no Brasil 153.983. Essa queda em grande parte se explica devido ao domínio holandês no porto luandense.

Quando analisamos o fluxo do tráfico negreiro holandês no período de 1601-1625, vemos que desembarcaram no Brasil 334 africanos e entre 1626-1650, a estatística aumentou para 18.765, um crescimento muito significativo. Percebemos que quando o fluxo do tráfico português cresce o holandês diminui e vice-versa.

Ao adentrarmos nossa análise pelo século XVIII, percebemos que de 1701-1800, os portugueses desembarcaram no Brasil, a cada 25 anos, cerca de 235.340, 305.038, 349.046, 481.443, respectivamente, num total de: 1370867 (um milhão trezentos e setenta mil oitocentos e sessenta e sete) escravizados. E em apenas cinquenta anos: na primeira metade do século XIX, as cifras chegaram a 1654604 (um milhão seiscentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e quatro) seres humanos traficados. Ao nosso ver, esse fluxo do tráfico negreiro teve o seu ponto de inflexão a partir da retomada de Luanda por Salvador Correia de Sá.

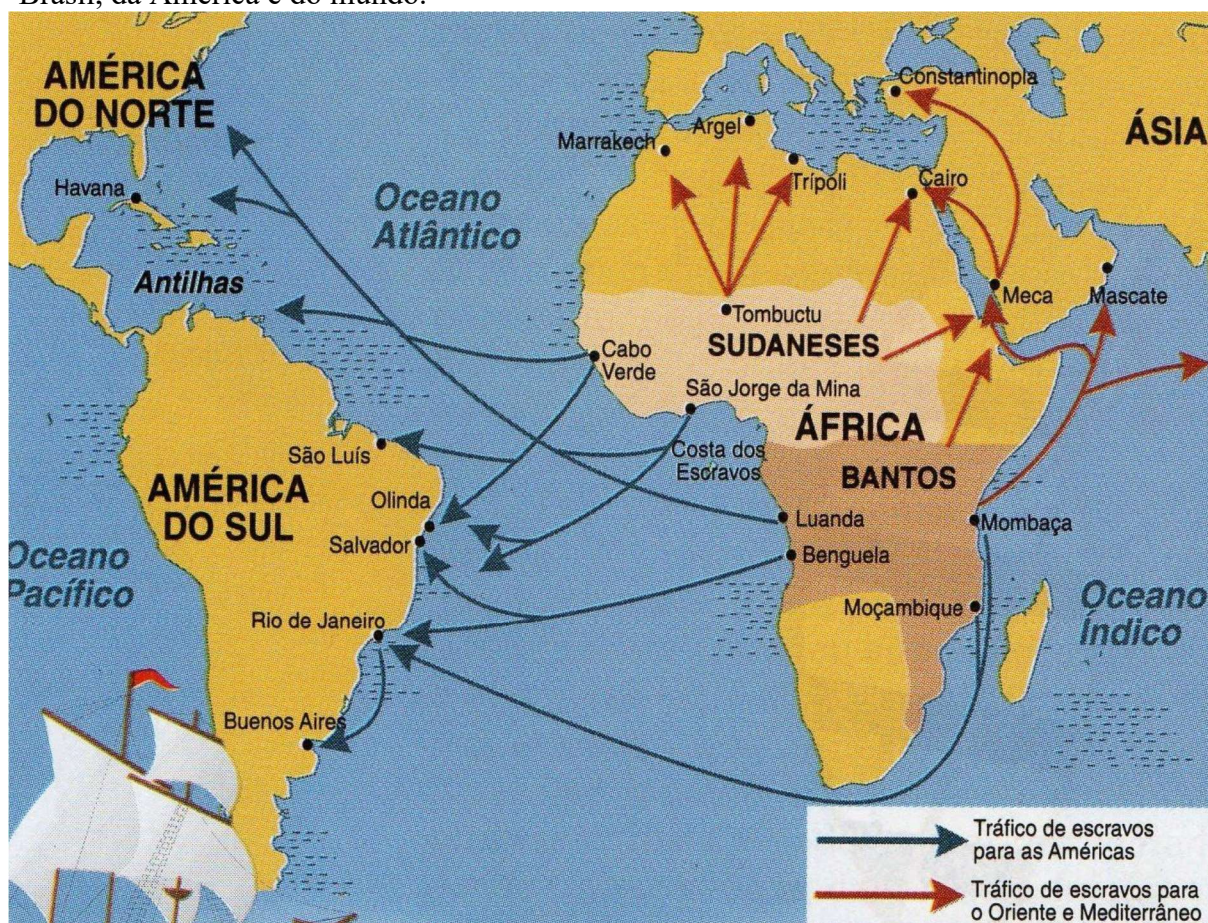
Mapa 3: Tráfico de Escravizados das principais regiões de África para o Brasil.



<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> acesso em 06 – 12 -2020

O controle daquela região disputada por holandeses e portugueses era também o controle do grande volume de capital oriundo do tráfico de escravizados para diferentes rotas atlânticas.

Mapa 4: Principais rotas do tráfico de povos escravizados de África para diferentes regiões do Brasil, da América e do mundo.



<http://redesdahistoria.blogspot.com/p/atividades.html> Acesso em 04 – 12 – 2020.

Tabela 4: evolução e totalidade da quantidade de escravizados embarcados de África para diferentes regiões do mundo entre 1501 e 1875.

Linhas: Colunas: Células: Incluir vazio:

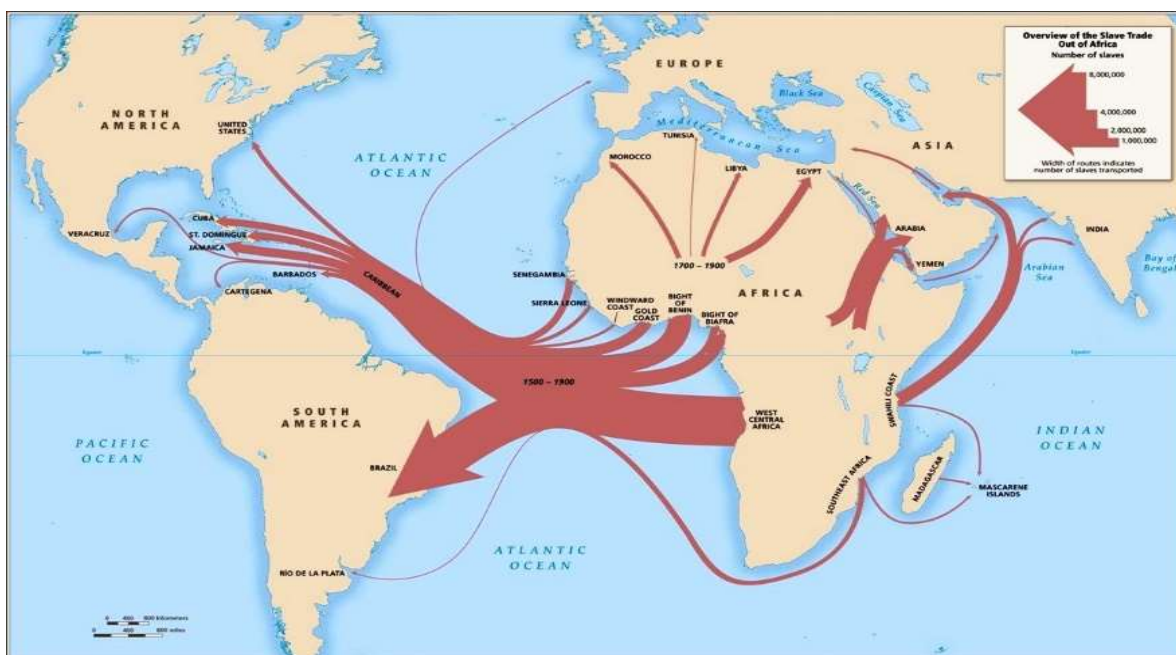
	Spain / Uruguay	Portugal / Brazil	Great Britain	Netherlands	U.S.A.	France	Denmark / Baltic	Totals
1501-1525	6.363	7.000	0	0	0	0	0	13.363
1526-1550	25.375	25.387	0	0	0	0	0	50.762
1551-1575	28.167	31.089	1.685	0	0	66	0	61.007
1576-1600	60.056	90.715	237	1.365	0	0	0	152.373
1601-1625	83.496	267.519	0	1.829	0	0	0	352.844
1626-1650	44.313	201.609	33.695	31.729	824	1.827	1.053	315.050
1651-1675	12.601	244.793	122.367	100.526	0	7.125	653	488.065
1676-1700	5.860	297.272	272.200	85.847	3.327	29.484	25.685	719.675
1701-1725	0	474.447	410.597	73.816	3.277	120.939	5.833	1.088.909
1726-1750	0	536.696	554.042	83.095	34.004	259.095	4.793	1.471.725
1751-1775	4.239	528.693	832.047	132.330	84.580	325.918	17.508	1.925.315
1776-1800	6.415	673.167	748.612	40.773	67.443	433.061	39.199	2.008.670
1801-1825	168.087	1.160.601	283.959	2.669	109.545	135.815	16.316	1.876.992
1826-1850	400.728	1.299.969	0	357	1.850	68.074	0	1.770.978
1851-1875	215.824	9.309	0	0	476	0	0	225.609
Totals	1.061.524	5.848.266	3.259.441	554.336	305.326	1.381.404	111.040	12.521.337

<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> acesso em 06 -12 - 2020

Na tabela quatro verificamos que de 1501-1875, dos 12.521.337 (doze milhões quinhentos e vinte e um mil e trezentos e trinta e três) escravizados que os diferentes países transportaram para as regiões do mundo, vieram para o Brasil 5.848.266 (cinco milhões oitocentos e quarenta e oito mil e duzentos e sessenta e seis) escravizados. Isto demonstra como o Brasil é um forte mercado comprador dessa mão de obra.

Este outro mapa a seguir evidencia as principais rotas do tráfico escravocrata de África para o mundo entre 1500 e 1900 e também as regiões e rotas com maior intensidade. Cabe notar que foi a África Centro-Occidental, cujo coração era Angola, a região de onde partiu a maior quantidade de pessoas escravizadas para o Brasil. Tal fato por si só deixa bastante clara a importância das disputas entre holandeses e portugueses pela região e do impacto fundamental da retomada de Angola pela expedição partida do território fluminense nas economias brasileira e portuguesa, bem como na consequente composição étnica da sociedade brasileira.

Mapa 5: Intensidade do fluxo de escravizados de África para o Brasil e o mundo.

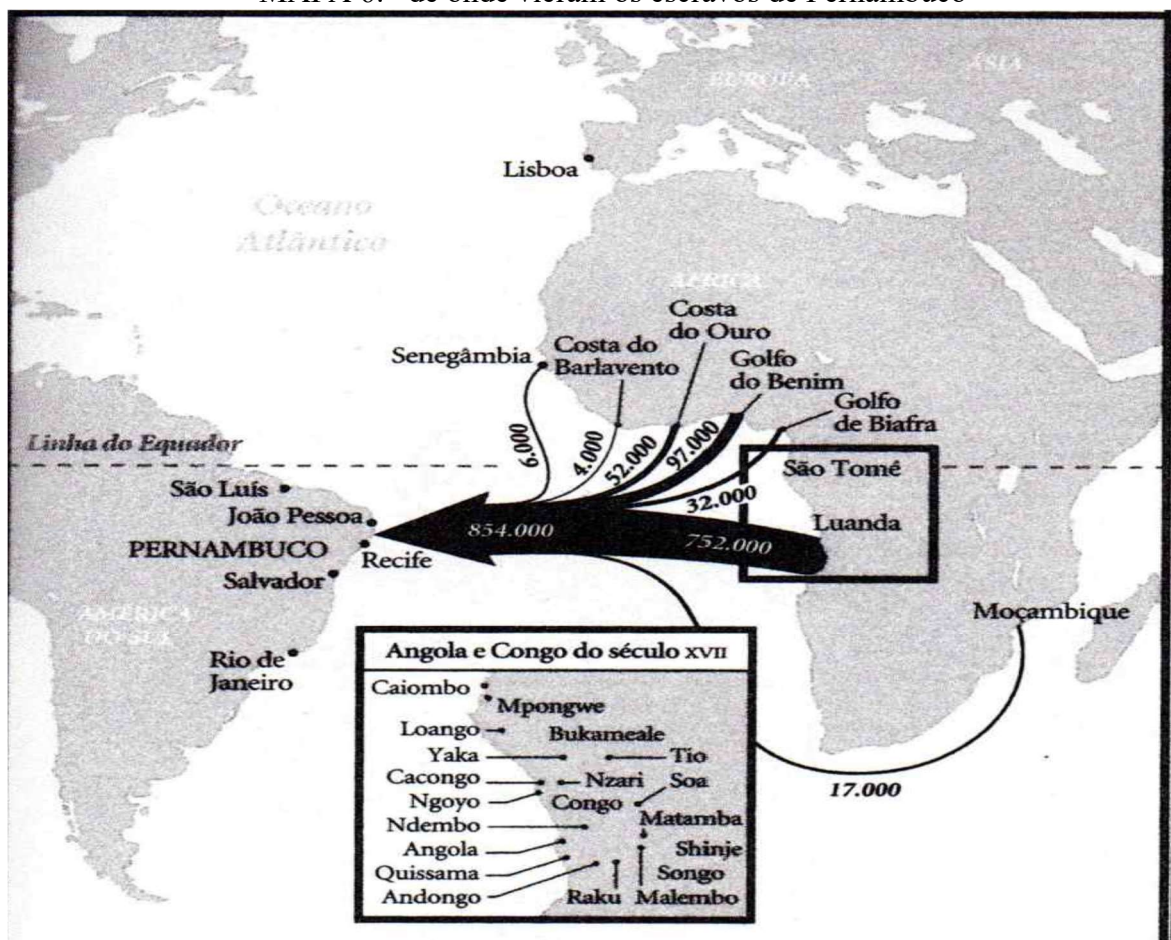


<https://www.slavevoyages.org/voyage/maps#introductory-> Acesso em 5/12/2020

Este mapa foi selecionado também porque ilustra bem os portos de embarque africanos e desembarque não só nas Américas, mas também nas regiões do Golfo Pérsico, Índia, Paquistão etc., demonstrando assim, a expansão do comércio escravista.

Apresentamos os mapas do autor Laurentino Gomes, pois ele expôs na sua obra os dados específicos do tráfico Angola-Brasil.

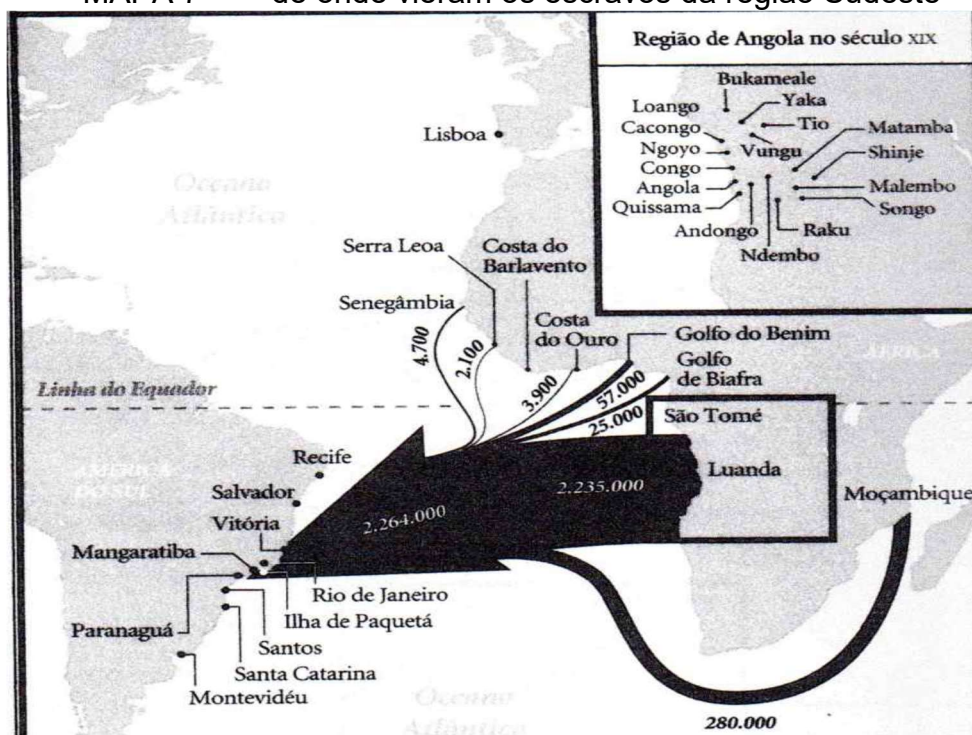
MAPA 6: de onde vieram os escravos de Pernambuco



GOMES, Laurentino. In: **Escravidão**. Rio de Janeiro, p. 267 Globo livros, 2019.

Conforme afirma o autor dos 854.000 (oitocentos e cinquenta e quatro mil) escravizados que desembarcaram no Recife, cerca de 752.000 (setecentos e cinquenta e dois mil) embarcaram em Angola. Para o autor 90% da mão de obra que desembarcou no litoral pernambucano veio do Congo e Angola.

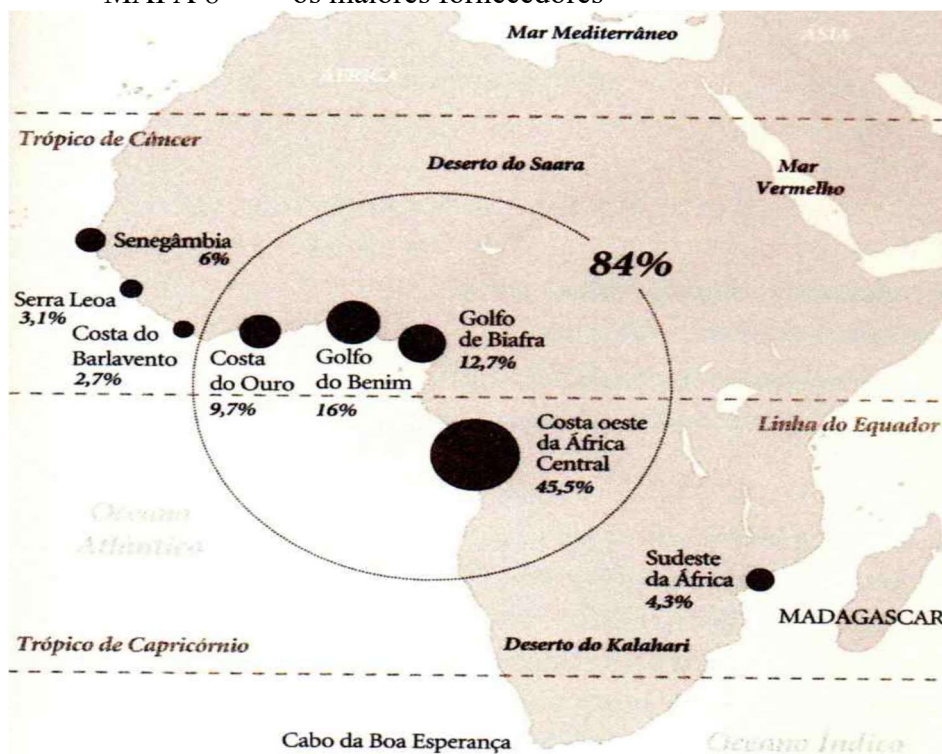
MAPA 7 de onde vieram os escravos da região Sudeste



GOMES, Laurentino. In: **Escravidão**. Rio de Janeiro, p. 269, Globo livros, 2019.

As suas estatísticas afirmam que, no século XIX, de 2.264.000 (dois milhões duzentos e sessenta e quatro mil) escravizados que desembarcaram no Sudeste, 2.235.000 (dois milhões duzentos e trinta e cinco mil) embarcaram em Luanda.

MAPA 8 os maiores fornecedores



GOMES, Laurentino. In: **Escravidão**. p. 275, Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

Oitenta e quatro por cento dos 12,5 milhões de escravizados embarcados para a América no período de três séculos, partiram da faixa litorânea da África situada entre os atuais países de Gana (antiga Costa da Mina, ou do Ouro) e Angola, passando pela República do Benim, a Nigéria e o Congo.

Finalizamos esse tópico com a seguinte afirmação, estudamos mapas, tabelas, textos e vimos que a retomada de Angola representa um ponto de inflexão para a economia portuguesa e brasileira a partir de então. A população de escravizados que veio para o Brasil ao longo desse processo histórico secular, deu a sua contribuição positiva para a formação da sociedade brasileira. Portanto, ao nosso ver, não só pelo aspecto econômico, mas também pelo social, cultural, étnico, essa retomada deveria fazer parte da maioria dos nossos livros didáticos. Ficamos intrigados porque encontramos poucas alusões a esse fato histórico em nossos currículos escolares, essa foi a razão da nossa inquietação cognitiva e procuramos neste artigo juntar dados de importantes pesquisas históricas para demonstrarmos a veracidade dessa argumentação.

2.4. RELATO DE EXPERIÊNCIA

O relato dessa experiência é sobre uma aula em que ensinei sobre a história da rainha Jinga de Angola. Pois, um dos colégios em que trabalho tem a tradição de fazer a “Semana de História”. Nela os temas das aulas são variados e sugeridos pelos alunos, pelo professor, a coordenação pedagógica, etc. Sendo assim, propus aos alunos uma aula de temática afro-brasileira, onde seria ensinada a história de uma rainha guerreira e heroína de Angola.

A escolha dos temas abordados nessa Semana de História é feita por votação dos alunos, na semana anterior. Os meus argumentos na assembleia de votação os convenceram que dentre os vários temas o melhor seria eles escolherem a história da rainha Nzinga Mbandi.

Para essa aula ser profícua preparei o texto abaixo e o distribuí junto com o mapa a todos. No final dessa aula a receptividade que tive na turma foi positiva. Os(as) alunos(as) falaram que não conheciam a história de uma rainha guerreira africana. As alunas gostaram de saber que num assunto tão masculinizado como a guerra existiu uma mulher como a Jinga. Eles(as) até pediram mais aulas sobre rainhas guerreiras de matriz africana e afro-brasileira, para os eventos vindouros. O que me incentivou a pesquisar mais sobre o tema. Eu lhes disse que existe a história de Dandara, uma das rainhas do Quilombo dos Palmares e outros vultos femininos negros, e que no futuro faríamos várias aulas com essa temática.

Os textos que utilizei para estudar e dar essa aula foram:

a) Fonseca, Mariana Bracks. Jinga Várias Rainhas e uma Etnogênese: construção das Identidades em Angola. In: Nascimento, Washington Santos. Fonseca, Danilo Ferreira da. Moreno, Helena Wakin. Fonseca, Mariana Bracks (Orgs.). **África: Política Sociedade e Cultura**. Rio de Janeiro: Edições Áfricas, 2016.

b) Alencastro, Luís Felipe de. **O Trato dos Viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

c) Agualusa, José Eduardo. **A rainha Jinga**. Viana do Castelo: Editora Quetzal, 2014.

d) e o filme; Njinga: Rainha de Angola. Direção, Sérgio Graciano. Angola, 2013.

e) GOMES, Laurentino. **O Destino de Jinga**. p. 394-402. In: **Escravidão**. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

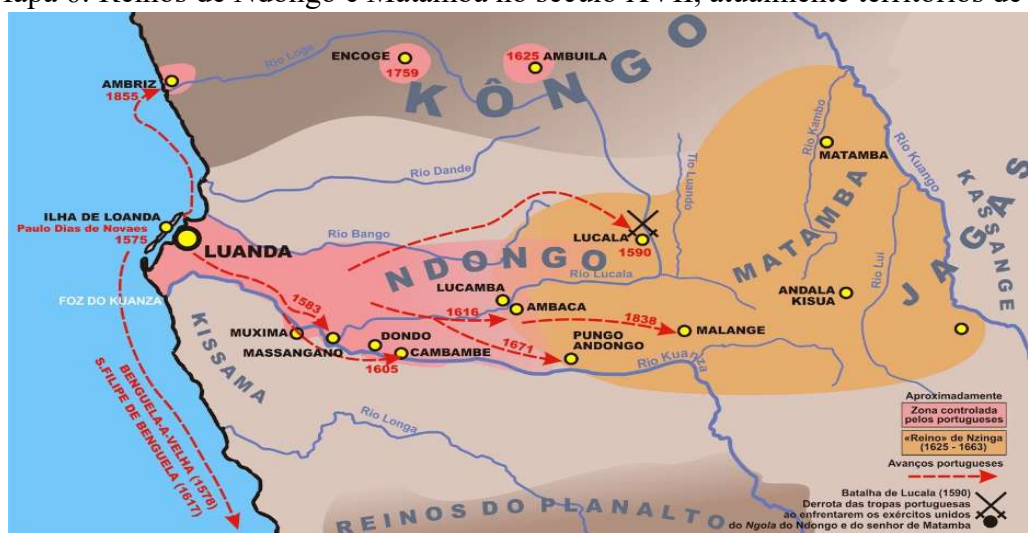
Para a fluidez da minha exposição na aula, fiz o texto abaixo e o distribuí para a turma junto com dois mapas contendo os reinos de Matamba e Ndongo.

RAINHA JINGA: UMA HISTÓRIA DE LUTA E SAGACIDADE POLÍTICA

A) INTRODUÇÃO: Nzinga Mbandi governou os reinos do Ndongo e Matamba de 1624-1663, e ao longo de sua trajetória reuniu diversos povos em sua luta contra a ocupação territorial e tornou-se um símbolo de resistência africana frente a invasão portuguesa. Chamada pelos portugueses de Jinga/Ginga, ela tornou-se um precedente para o poder feminino na região e é hoje considerada a principal personalidade mítica do país. A sua história é um símbolo de resistência e um exemplo para o povo angolano.

Visitei o Centro Cultural de Angola, na Avenida Presidente Wilson, loja A, nº 113, esquina com Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro e conheci seu acervo e entrevistei coordenadores. Em conversas informais com aqueles angolanos, percebemos que o nome Jinga batiza produtos populares como café, empresas, avenidas, etc. Ela é uma heroína do país.

Mapa 6: Reinos de Ndongo e Matamba no século XVII, atualmente territórios de Angola.



<https://ensinarhistoriajoelza.com.br/nzinga-guerra-portugueses/>

B) A ENTRONIZAÇÃO de JINGA: o século XVII foi considerado um “século de fugitivos” (Fonseca, 2016, p.66). Nas primeiras décadas do século, o governador de Angola Luiz Mendes de Vasconcellos (1617-1621), fazia e incentivava guerras movidas pelo tráfico negreiro. Famílias inteiras e grandes levas populacionais migravam em busca de refúgio seguro para se protegerem das guerras de aprisionamento de escravos. A partir de 1624, foram buscar asilo nas terras do reino do Ndongo quando Nzinga Mbandi assumiu as insígnias reais devido a morte do seu irmão Ngola Mbandi. Assim, Jinga recebia todos que ao seu reino chegava, até mesmo os soldados kimbares (africanos treinados pelos portugueses para defenderem as fortalezas lusitanas naquelas regiões). Com essa atitude houve uma grande migração para o reino do Ndongo, colocando em risco o domínio português sobre aquela região, pois havia um vazio populacional dos reinos ao redor do Ndongo e um fortalecimento numérico do exército de Jinga.

No ano de 1626, o governador Fernão de Souza declara guerra a rainha iniciando forte perseguição ao seu reino, dentre as estratégias contra ela o governador apoia um Golpe Político colocando em seu lugar Are Kiluanje ou Ngola Are como o novo rei do Ndongo. Assim, Jinga é obrigada a fugir e procurar novos aliados.

C) JINGA e os JAGAS: com o golpe político que a retirou do poder Jinga se aliou aos Jagas. Os jagas eram bandos de guerreiros nômades que constituíam acampamentos chamados

Kilombos. Eles habitavam a África Central, eram conhecidos por adotarem a prática de nunca desertar na batalha e pelejar até a morte. Desse grupo nômade de guerreiros da etnia Jaga Caza, ela recebeu o mais alto título feminino na hierarquia do Kilombo, Tembanza, que lhe dava o direito de comandar tropas. A aliança com os jagas foi fundamental pois possibilitava fugir da perseguição dos portugueses e continuar a sua luta de resistência. Assim, Jinga atacava os mercados de escravos, coibia o pagamento de tributos, atacava as caravanas e a capital do Ndongo onde residia Ngola Are.

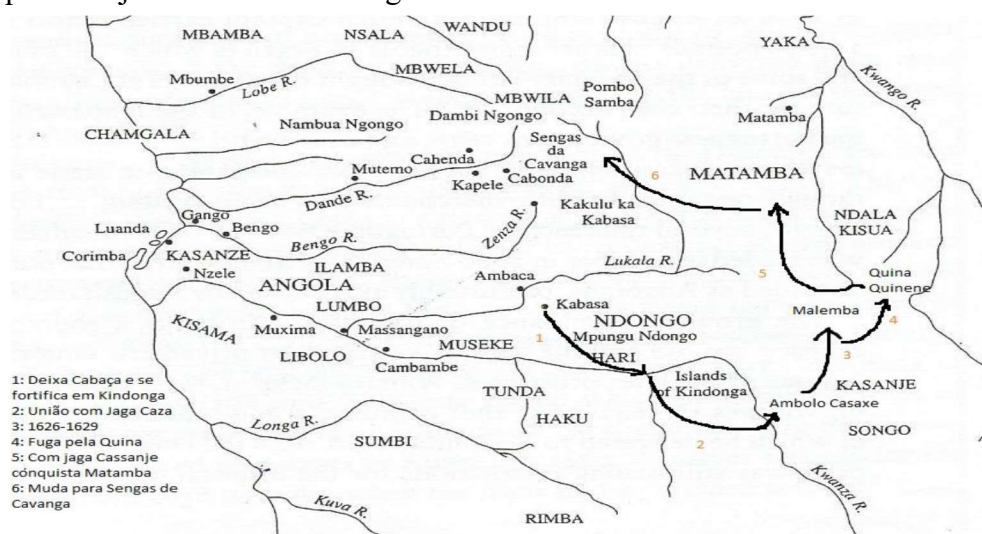
No início da década de 1630, Nzinga rompeu relações com a etnia jaga caza e aliou-se ao bando Imbangala do poderoso Jaga Cassanje como chamavam os portugueses. Com essa nova aliança Nzinga conquista o reino de Matamba e em alguns anos o mesmo se tornou um poderoso reino. Matamba era um território de grande atração populacional no período de 1630-1650 (Fonseca, 2016, p. 68). Em 1631 o governador Fernão de Souza mostrou-se preocupado com essa migração pois ela estava despovoando o reino de Ngola Are e poderia deixar o Ndongo sem súditos.

D) SAGACIDADE POLÍTICA E REINO MILITARIZADO: a presença holandesa na região de Angola aumentou o fortalecimento político-militar de Nzinga e do rei do Congo, o Mani Congo, a medida que ambos tinham um inimigo comum, no caso, os portugueses. A rainha aproximou-se dos holandeses para conseguir armas de fogo o que aumentou o poder bélico do seu exército.

Os holandeses estavam naquela região por causa do comércio escravista (Alencastro 2016, p. 218-221). Jinga não ficou alheia a esta lógica e para contar com a parceria comercial com os flamengos, oferecia multidões de escravos recebendo em troca armas de fogo, chegando até a receber auxílio de cerca de 100 soldados holandeses para subjugar o soba chamado Ndembo Quitexi (Soba era um líder guerreiro) que não queria se sujeitar ao seu poder. E para ficar mais independente do controle dos portugueses ela criou uma nova rota comercial: desta vez pelo rio Ndande livrando-se assim, do controle lusitano. Seu comércio com os parceiros do litoral aumentou as riquezas do reino.

Durante o período de 1630 - 1650, Jinga percorreu vasto território do que é hoje Angola, transitando por diversas etnias, agregando populações em torno de sua causa, que era a expulsão dos portugueses da região. Ela transformou Matamba num estado forte e militarizado. O mapa abaixo mostra a sua trajetória e o tamanho do seu reino.

Mapa 7: Trajetória da Rainha Jinga.



FONSECA, MARIANA BRACKS: *Jinga Várias Rainhas e uma Etnogênese: construção das Identidades em Angola*. In: **África: Política Sociedade e Cultura**. Edições Áfricas, Rio de Janeiro, 2016, P. 71.

E) **RECONVERSÃO PARA EVITAR GUERRA DE SUCESSÃO:** com a expulsão dos holandeses de Angola em 1648, Jinga ficou enfraquecida e seu Kilombo foi invadido pelos lusitanos. Jinga fugiu, mas a sua irmã mais nova Mocambo foi capturada. Nesta ocasião os lusos encontraram cartas da sua irmã Kifuji, refém dos portugueses. Essas cartas informavam os planos militares lusitanos. Assim, Kifuji foi condenada a morte pelo crime de espionagem. A partir de então, Nzinga começa a pensar na sucessão do trono e procura resgatar a sua irmã Mocambo para transformá-la em sua sucessora no reino de Matamba. A rainha percebe que as portas da coroa lusa estão fechadas para uma possível negociação, procura se aproximar dos padres capuchinhos italianos que estavam na região para moralizar o trabalho evangelizador pois, a evangelização dos africanos sofria críticas da coroa devido aos litígios entre a Igreja Católica e aqueles que defendiam as tradições angolanas. Assim, essa aproximação é a oportunidade para realizar seus objetivos.

Os capuchinhos registram a reconversão de Nzinga ao cristianismo como uma obra da intervenção divina. Ela estava abdicando da sua vida nômade e pagã. Começou uma Nova Era para a rainha. Desta vez sem fugas e dormidas pelos matos.

Em seus últimos anos de vida, 1656-1663, ela trabalhou para a sedentarização dos seus seguidores e procurou estruturar uma vida católica no seu reino. Incentivando o comércio, a agricultura sedentária e as crianças recém-nascidas eram logo batizadas. As leis tradicionais africanas foram substituídas pelas divinas e sua irmã foi sua sucessora.

Jinga nasceu em 1582 e viveu até 1663, durante 39 anos 1624-1663 foi rainha, mas em toda a sua vida representou um precedente feminino desafiante da coroa lusa. Nos seus 82 anos de vida não se deixou aprisionar, escravizar, o pagamento de tributos à coroa lusa sempre veio após a sua anuência nos acordos e obrigou os portugueses pela força das armas a reconhecerem sua realeza.

Em 1656, aos 74 anos, percebendo que precisava do reconhecimento para sua irmã mais nova e para evitar uma guerra de sucessão do seu trono, fez alianças com os padres capuchinhos italianos e conseguiu contatos com o Papa conquistando o reconhecimento da coroa portuguesa para entronizar sua irmã. Com a morte de Jinga, Mocambo passou a ser a rainha de Matamba, mas alguns anos depois faleceu. A partir de então, Matamba passou por uma certa instabilidade política, os reinados foram pouco duráveis e a paz foi efêmera. Na época de Jinga a paz era longa pois ela era uma referência política que unificava o seu povo contra os lusos, conseguindo assim, o respeito e temor dos portugueses.

Com o fim do reinado de Nzinga Mbandi, todos os reis e rainhas de Matamba e Ndongo e até de outros reinos étnicos angolanos, adotavam o nome Jinga antes de anunciarem os seus nomes étnicos, se intitulavam os herdeiros espirituais da sagacidade e tenacidade de sua ancestral escolhida.

Na Angola contemporânea Nzinga Mbandi está no panteão dos heróis.

F) **JINGA NA ATUALIDADE:** Angola deixou de ser colônia portuguesa em 1975, quando venceu a guerra de independência contra Portugal. A partir de então, começam a construir as suas estruturas de país livre. Montam os seus currículos, constroem as suas escolas, universidades, fazem convênio com universidades brasileiras para intercâmbios.

Os angolanos do Centro cultural na Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, dizem que durante o domínio luso as tradições do país eram muito vilipendiadas.

Um documento escrito no início da década de 1970 pelos agentes coloniais portugueses em Angola evidencia a relação que buscamos entre a personagem histórica Nzinga Mbandi e a

etnia jinga. Trata-se de um relatório para conhecerem melhor a organização social, as tradições, usos e costumes das populações camponesas a fim de evitar ações subversivas. Nesse documento de época está escrito o seguinte:

Os jingas, a etnia mais representativa de Malanje, constituíam outrora um povo aguerrido, que na primeira metade do século XVII, sob o comando da célebre rainha Jinga, causaram bastantes preocupações às autoridades militares. Os feitos guerreiros dos homens da rainha foram transmitidos, por via oral, de geração em geração, aos actuais jingas, que os recordam como património histórico de seus antepassados. (FONSECA, 2016, p.81)

No ano de 2019, Laurentino Gomes publicou *Escravidão*, livro que traz um capítulo sobre essa rainha. Vejamos o que disse Laurentino sobre a memória de Jinga em Angola:

Diante das muralhas da fortaleza de São Miguel, atual museu das forças armadas de Luanda, a estátua de uma mulher contempla as praias e rochedos que se perdem no horizonte do litoral sul de Angola. (...) A mulher de metal que tudo observa e vigia tem proporções gigantescas. Com cerca de 10 metros de altura, postada sobre um bloco de granito, fisionomia severa e determinada, empunha na mão direita um machado de ferro. (...) Nenhum outro personagem da história da escravidão provocou tanto a imaginação e as fantasias da civilização ocidental quanto Ana de Sousa, nome português e cristão da rainha Jinga. Hoje homenageada no monumento de Luanda. Foi essa a mulher corajosa e irreverente, hábil guerreira, que durante toda a primeira metade do século XVII desafiou o poder das armas do rei de Portugal. Seus feitos extraordinários transformaram-na num mito poderoso que persiste até os nossos dias. Na África, virou heroína do Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, figura patriótica, defensora da liberdade e dos direitos do seu povo. Nos Estados Unidos, foi adotada como símbolo do movimento feminista. Inspirou inúmeros livros, filmes, peças teatrais, letras de samba e reggae. (GOMES, 2019, p. 393-394)

Foto 1: Praça Rainha Jinga, em Luanda – Angola.



<http://aretirada1975osultimosdoleste.blogspot.com/2015/04/nzinga-mbande-rainha-jinga-preambulo.html> acesso em 20-12-2020

Foto 2: Detalhe da estátua da Praça Rainha Jinga, em Luanda – Angola.



<http://www.identidade85.com/2019/01/lancamento-jinga-de-angola-rainha.html>

Foto 3: Estátua da Rainha Jinga na entrada da cidade de Malanje – Angola.



<http://inzotumbansi.org/home/ancestralidade-bantu-tata-katuvanjesi-faz-visita-historica-as-terras-de-njinga-mbande/> acesso em 20-12-2020

Fotos 4 e 5: A Rainha Jinga no Cinema: Cartazes de filmes.



Filmes:

Njinga: Rainha de Angola. Dir. Sérgio Graciano. Angola, 2013.

A Rainha Nzinga Chegou. Dir. Júnia Torres e Isabel Casimira. Brasil/Angola, 2019.

3. CONCLUSÕES

O meu objetivo de fazer o curso de “Pós-Graduação Lato-Senso em Ensino de História da África” é aprender a desenvolver e incentivar projetos de pesquisas de temas afrodiaspóricos nas feiras de artes e ciências do colégio em que sou professor, aumentar os meus conhecimentos sobre história afro-brasileira e religião afrodiaspórica. Procuro orientar meus alunos com interesses nesses temas a fazerem cursos sobre cultura afro nas instituições que descobri ao longo do curso de História da África. Oriento os(as) alunos(as) interessados a organizarem excursões ao museu do negro em São Paulo e fazerem pesquisas e projetos de tema afro-brasileiro e depois, inscrições nas Olimpíadas Nacionais em História do Brasil (ONHB), etc.

O meu tema dialoga com a disciplina: “As sociedades africanas no contexto da formação da civilização atlântica, entre os séculos XV e XVIII”, ensinada pelo professor Glaydson Matta no curso de Estudo de História da África, 2019.

As minhas tentativas de discutir dois temas afrodiaspóricos que se aproximam e entrelaçam no tempo histórico: a retomada de Angola e a rainha Jinga, tem a ver com um esforço meu para propor e problematizar temáticas que sinto falta nos livros didáticos e nas salas de aula do país e que servem como contribuição encarnada em minhas práticas pedagógicas para a implementação da lei 10639/03.

O meu artigo objetiva contribuir com reflexões sobre a importância da retomada de Luanda. Expus minha inquietação em não aceitar que esse fato histórico esteja fora dos conteúdos da maioria dos livros didáticos brasileiros atuais. Abordamos apenas de forma panorâmica e quantitativa algumas mudanças de atitudes dos autores e editores, na escolha de temas negros nos livros didáticos, a partir da referida lei. A comparação entre eles informa um aumento na quantidade de temas negros nos livros atuais. Mas mesmo que no quarto livro

analisado (Vainfas, Ronaldo. Ferreira, Jorge. Faria, Sheila de Castro. Santos, Georgina dos. **História**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014) tenha havido um incremento, chegando a 21 temas afro-brasileiros, entendemos que essa quantidade de tópicos ainda é exígua para uma obra com mais de 500 páginas, embora consideremos um aumento importante quando comparamos com um passado de quantidade diminuta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUALUSA, José Eduardo. **A rainha Ginga**. Viana do Castelo, Portugal: Editora Quetzal, 2014.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O Trato dos Viventes**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

FONSECA, Mariana Bracks. **Jinga, várias rainhas e uma etnogênese: construção das identidades em Angola**. In: NASCIMENTO, Washington Santos. FONSECA, Danilo Ferreira da. MORENO, Helena Wakin. FONSECA, Mariana Bracks (Orgs.). **Áfricas: Política, Sociedade e Cultura**. Rio de Janeiro: Edições África, 2016, p. 65-85.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. PILETTI, Nelson. **Toda a História**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BRAICK, Patrícia Ramos. MOTA, Miriam Becho. **Das Cavernas ao Terceiro Milênio**, volume único. São Paulo: Editora Moderna, 2007.

GOMES, Laurentino. **O Destino de Jinga**. In: GOMES, Laurentino. **Escravidão**. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019. p. 393-400.

Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

PAULA-NETA, Maria Lina de. **A Colonialidade Expressa no Ensino de História: o desafio de perceber para mudar - por uma prática docente decolonial**. Anais da VII Semana de Integração. Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, p 650-659, 2018.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. **Brasil História e Sociedade**. São Paulo: Edit Ática, 2000.

TORRES, Fernanda Miranda de Carvalho. **O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Brasil e a Proposta decolonial**. Trabalho de conclusão de curso apresentado a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África do Colégio Pedro II, abril/2019.

VAINFAS, Ronaldo. FERREIRA, Jorge. FARIA, Sheila de Castro. SANTOS, Georgina dos. **História**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/viewFile/2396/1605>

<https://www.slavevoyages.org>

ANEXO I – PLANO DE AULA

PLANO DE AULA

Disciplina: História
Professor: Renato Francisco de Assunção.
Nível de Ensino: Ensino Médio
Série: primeira série.
Duração: dois tempos de 50min.

TEMA: O reinado da Rainha Nzinga Mbandi.

PROBLEMA: alguns currículos procuram apagar dos livros didáticos brasileiros a história de reinos negros africanos. Essa omissão visa manter uma hegemonia cultural eurocêntrica, um racismo contra a cultura afrodiaspórica, já secular em nosso país.

OBJETIVO GERAL: mostrar que a exclusão da história e grandeza dos reis e rainhas negras africanas nos livros didáticos brasileiros é uma forma de racismo e de Colonialidade do Saber.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

__ provocar uma autorreflexão do aluno, para uma avaliação melhor das várias formas e práticas de racismo na sociedade brasileira.

__ contribuir para preservação da autoestima do aluno, ao perceber a existência de vultos históricos africanos que contribuíram para a formação da população afrodiaspórica brasileira.

__ despertar no aluno a reflexão de que interessa ao racismo a exclusão nos livros didáticos, da história das rainhas africanas.

__ ampliar a percepção do aluno sobre essa exclusão na bibliografia didática ser uma herança histórica do nosso passado colonial muito presente na sociedade brasileira contemporânea.

__ aumentar o interesse do aluno brasileiro em conhecer a sua história, suas origens étnicas e a grandeza política dos nossos ancestrais africanos.

CONCEITO / NOÇÕES: racismo, identidade político-cultural, formas de exclusão e inclusão político-social, livro didático, colonialidade do saber.

CONTEÚDOS FACTUAIS: tráfico negreiro Angola-Brasil, guerras de aprisionamentos de escravos, Reinado de Jinga etc.

Quando estudamos alguns livros didáticos brasileiros percebemos como eles não abordam a história das rainhas guerreiras africanas. Assim, procuramos demonstrar, nesse Plano de Aula, a colonialidade do saber em nossos currículos e pesquisamos junto aos alunos, o que eles imaginam sobre as rainhas africanas do século XVII.

CONSIDERAÇÕES ATITUDINAIS: no final da aula avaliaremos se o(a) aluno(a) despertou o interesse de conhecer a história da grandeza política dos reinos africanos?

PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS:

São dois tempos de aula, de 50 min, total 100 min. Dessa maneira, a turma será dividida em dois grupos, GRUPO A e GRUPO B, não importa o número de alunos de cada grupo. Antes de começar a aula o professor fará uma sondagem de 10 minutos com a turma, propondo a cada aluno(a) escrever no caderno as seguintes perguntas:

- 1) Era fácil para as forças militares lusitanas do século XVII, aprisionar escravos angolanos?
- 2) Havia reinos africanos com capacidade para resistir aos portugueses?
- 3) Já conheciam histórias de rainhas guerreiras africanas?

Em sondagem simples, os alunos responderão apenas se eles acham que os portugueses encontraram na região angolana do Ndongo, Benguela, Matamba etc., reinos populosos, de cidades fortificadas, possuidores de povos belicosos e resistentes aos lusos ou se eles acham que os portugueses encontraram apenas tribos pacíficas, caçadoras e coletoras de comida nas florestas, que lutavam diariamente para sobreviverem, moradores de choupanas e cabanas miseráveis?

O professor ensinará em uma aula expositiva de 40 min (dos 100 min, só restam 50 min) que o mais importante é abordar a sagacidade política e inteligência da rainha Jinga. No começo do seu reinado ela era aliada dos portugueses convertendo-se ao cristianismo em 1622, depois aliou-se aos jagas angolanos e abjurou do cristianismo em 1624, fez comércio com os holandeses a partir de 1641 e por fim aliou-se aos padres capuchinhos italianos em 1656 onde ela se reconverteu ao cristianismo. Abrindo através dos capuchinhos italianos um acesso ao Papa sendo tratada como “filha obedientíssima”. Todas essas alianças a fizeram conquistar os seus objetivos político-militares.

Agora o professor distribuirá o texto com um mapa a todos os(as) alunos(as) onde cada grupo terá 30 min para lê-lo, analisa-lo e responder as três perguntas da sondagem.

RAINHA JINGA UMA HISTÓRIA DE LUTA E SAGACIDADE POLÍTICA.

O texto desta parte está no tópico 5 (relato de experiência), pois não ficaria de bom alvitre repeti-lo aqui.

AVALIAÇÃO:

O grupo A escolherá um(a) representante, que no final da aula responderá a seguinte arguição: no início cada aluno respondeu se os portugueses encontraram facilidades para dominarem a região angolana no século XVII. Cada aluno escreveu a sua opinião no caderno. Agora, o representante do grupo A responderá se os seus integrantes mudaram a sua opinião depois dessa aula. A mesma coisa para o grupo B.